

CORREIO PAULISTA



Encontro reunirá aproximadamente 30 especialistas

Audiência na Alesp debate políticas para o diabetes

A Assembleia Legislativa de São Paulo realiza nesta segunda-feira (10) a audiência pública “Diabetes em Pauta”, proposta pelo deputado estadual Dr. Elton (sem partido), com o objetivo de discutir políticas públicas e o acesso a novas tecnologias voltadas ao tratamento do diabetes. O encontro, no Auditório Teotônio Vilela, deve reunir cerca de 30 especialistas, gestores, entidades e cidadãos para debater formas de ampliar o cuidado e a qualidade de vida das pessoas com a doença. Entre

os temas, está a incorporação do Sistema de Monitoramento Contínuo de Glicose (CGM) ao SUS, que permite controle mais preciso da glicemia. Durante a audiência, o parlamentar apresentará o Projeto de Lei nº 139/2025, que propõe o fornecimento gratuito do medidor contínuo de glicose a crianças e adolescentes de até 14 anos com diabetes tipo 1 atendidos na rede pública. A iniciativa, segundo o parlamentar, busca transformar o acesso à tecnologia em política pública efetiva.

Crédito só com consentimento

O Plenário da Alesp aprovou, na quarta-feira (5), o regime de urgência para 26 projetos de lei, incluindo o PL 680/2025, do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor (Republicanos). A medida garante tramitação prioritária e pode ser votada ainda este ano. O projeto prevê que alterações no limite de crédito de cartões e cheque especial

só ocorram com consentimento do titular e aviso prévio mínimo de 30 dias. Segundo o parlamentar, a proposta busca dar mais transparência e previsibilidade aos consumidores, permitindo reorganização financeira e evitando superendividamento. O projeto seguirá para análise das comissões antes da votação em plenário.



Pesquisador destacou impacto em saúde e agronegócio

Computação quântica mobiliza especialistas

Os riscos e oportunidades da computação quântica para a soberania nacional foram tema de debate na última quinta-feira (6), na Assembleia Legislativa de São Paulo, a pedido do deputado Tomé Abduch (Republicanos). Especialistas destacaram que o domínio dessa tecnologia é estratégico para o desenvolvimento econômico, científico e para a segurança cibernética do país. Abduch defendeu investimentos na formação de cientistas e na criação de uma infraes-

trutura quântica própria, citando projetos paulistas como o submarino nuclear de Iperó. Já o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP) criticou o excesso de regulação, que, de acordo com ele, “inibe a inovação” e o avanço de tecnologias emergentes. O físico Luiz Augusto Silvestre Luccas ressaltou o potencial da computação quântica em áreas como saúde e agronegócio, e apontou a Unicamp como referência nacional no desenvolvimento de chips quânticos.

Homenagem ao Grupo Rumo

O Grupo Rumo, referência da Vanguarda Paulistana na música popular brasileira (MPB) nos anos 1980, foi homenageado na quarta-feira (5) na Alesp pelos 50 anos de carreira. A iniciativa partiu do deputado Carlos Giannazi (Psol), que destacou a relevância do grupo para a cultura paulista e nacional. Durante a cerimô-

nia, integrantes do Rumo relembaram sua trajetória e o legado do grupo, marcado pela união entre letra e melodia, pela inspiração na música popular antiga e pela conexão com a realidade urbana. Vocalista do grupo, Ná Ozzetti afirmou que a experiência no Rumo foi determinante para sua carreira artística.

Programa leva startups paulistas a eventos globais

Edição do SP Global Tech pretende dar suporte para 100 empresas

Divulgação/Governo de São Paulo



A primeira edição do programa, realizada neste ano, levou 10 startups para a Inglaterra

O Governo do Estado de São Paulo lançou uma nova edição do Programa SP Global Tech, iniciativa que visa incentivar startups paulistas a expandirem suas operações para o mercado internacional. O programa é conduzido pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), em parceria com a InvestSP, agência estadual voltada à promoção de investimentos.

Nesta edição, 100 empresas serão selecionadas para participar de uma formação online focada na expansão global. Dentre elas, 20 startups terão a oportunidade de integrar missões internacionais, com 10 empresas em cada intercâmbio. Os destinos já definidos são o SXSW 2026, em Austin (Estados Unidos), e o Web Summit 2026, em Lisboa (Portugal). As inscrições permanecem abertas até 10 de novembro.

A primeira edição do programa, realizada em 2025, levou 10 startups para a London Tech Week, na Inglaterra, em junho. Agora, no próximo dia 10 de novembro, outras 10 empresas selecionadas participarão do Web Summit Lisboa 2025, um dos maiores eventos globais de tecnologia.

O SP Global Tech tem como objetivo preparar as startups para validar e adaptar seus produtos e serviços para novos mercados, além de fornecer estratégias para conquistar novos clientes e inves-

tidores internacionais. O processo inclui mentorias individuais de quatro horas, abordando temas como acesso a diferentes mercados, regulamentação internacional e estratégias de expansão. Além disso, as empresas selecionadas terão direito a reembolso de até US\$ 3 mil em despesas elegíveis relacionadas às viagens.

O secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan, destacou que a iniciativa reforça o compromisso do governo em criar oportunidades concretas para que startups paulistas cresçam além das fronteiras. “O programa permite levar a excelência da ciência e tecnologia de São Paulo ao cenário internacional, abrindo portas para novos

negócios e parcerias”, afirmou.

Startups brasileiras

O Web Summit Lisboa, que ocorrerá de 10 a 13 de novembro de 2025, é considerado o maior evento de tecnologia do mundo, reunindo mais de 70 mil participantes e aproximadamente mil palestrantes, incluindo CEOs, fundadores e líderes de setores como inteligência artificial, fintech, marketing digital e venture capital.

As 10 startups selecionadas para representar o Brasil no evento são: Quasar Space, Hi! Healthcare Intelligence, Agile Healthtech, AINX Computing, Protech P&D, NG Developmen, Milie Mind, Nozes, Gitly e Hydroflex

Nova política de pagamento por serviços ambientais em São Paulo

Em iniciativa voltada à preservação ambiental em propriedades privadas, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (Semil) anunciou, durante o Summit Agenda SP + Verde, a criação de um programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) voltado a novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A proposta será submetida a consulta pública, ainda sem data definida, para receber contribuições da sociedade.

O que são as RPPNs

As RPPNs são unidades de conservação de domínio privado com caráter perpétuo, criadas com o objetivo de proteger a biodiversidade. Diferentemente de outras categorias de preservação, não há desapropriação da terra e os direitos de propriedade são mantidos. Podem ser instituídas em áreas rurais ou urbanas, sem exigência de tamanho mínimo, mediante solicitação de proprie-



Divulgação

Reserva Particular do Patrimônio Natural Duas Cachoeiras

tários, ONGs, entidades civis ou religiosas, que formalizam o pedido junto ao poder público. Após a criação, passam a integrar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), regulamentado pela Lei Federal nº 9.985/2000.

O PSA consiste em um incentivo financeiro para pro-

prietários que conservam áreas ambientais que prestam serviços essenciais, como proteção de nascentes, matas ciliares e florestas, contribuindo para a produção de água e a regulação do clima. Segundo a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, o modelo já apresenta resultados positi-

vos em São Paulo. “Temos 61 iniciativas de pagamento por serviço ambiental no Estado e ficamos muito felizes em ver o resultado, porque o produtor preserva suas nascentes e os cursos de água em sua propriedade e ainda mantém sua renda”, afirmou.

Durante o anúncio, a gestora enfatizou a adoção de medidas pragmáticas em detrimento de litígios. “Em vez de judicializar, vamos restaurar”, declarou, mencionando a organização de mutirões de restauração ambiental e a identificação de projetos elegíveis para o programa.

Parceria em ação

Segundo a secretaria, a colaboração entre poder público, setor privado e proprietários rurais será fundamental para o sucesso da iniciativa. “Só com a conjunção de esforços teremos avanços”, concluiu ela.

Os mutirões e o novo PSA para RPPNs fazem parte de uma estratégia integrada para promover o desenvolvimento.

Mudanças na licença-paternidade

Em votação realizada no dia 4 de novembro, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 3.935/2008, que amplia gradualmente a licença-paternidade de cinco para 20 dias, com custeio da Previdência Social. De autoria do Senado, o projeto retorna agora à Casa de origem para análise das alterações feitas pelos deputados.

O projeto prevê que a ampliação seja feita de forma escalonada, permitindo às empresas um período de adaptação às novas regras. Atualmente, a

legislação brasileira estabelece cinco dias de licença para os pais, com possibilidade de extensão por acordos coletivos ou adesão a programas como o Empresa Cidadã. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e sindicatos filiados têm participado das discussões sobre a medida, destacando os impactos do aumento da licença sobre empresas, especialmente pequenas e médias, que representam mais de 90% dos negócios do país. A entidade defende que a amplia-

ção ocorra de forma gradual, para garantir equilíbrio entre avanço social, segurança jurídica e viabilidade econômica.

Segundo a FecomercioSP, a proposta aprovada parcialmente atende a sugestão de expansão gradual para 15 dias, com custos arcados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A Federação afirma que o escalonamento é essencial para que as empresas possam adaptar suas rotinas e evitar sobrecarga operacional ou queda de produtividade. O debate sobre a licença-pa-

ternidade também envolve questões de equidade de gênero e corresponsabilidade nos cuidados parentais. A legislação vigente já permite que empregadores ampliem voluntariamente o período de afastamento do pai, mas a nova proposta estabelece um patamar mínimo alinhado à média de países desenvolvidos, que varia de 11 a 15 dias, segundo estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A FecomercioSP afirma que seguirá acompanhando a tramitação do projeto no Senado.